

VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS: PODER, TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE

LINGUISTIC VARIATIONS: POWER, TERRITORY, TERRITORIALITY AND IDENTITY

Antônio Themístocles Barbosa da Silva **1**
Francisco Edviges Albuquerque **2**
Severina Alves de Almeida **3**

Resumo: O presente artigo aborda as variações linguísticas e suas intrínsecas relações com poder, território, territorialidade e identidade. A estigmatização das variações linguísticas causa preconceito linguístico e violência simbólica, atingindo a cultura e a identidade de forma contínua. Hall afirma que a formação da identidade se dá por meio de um processo (continuidade), (HALL, 2006). Ao inculcar o padrão linguístico ocorreu/ ocorre a territorialização do Brasil via língua (território simbólico), e isso é manifestação do poder político (HAESBAERT, 2007). O poder está em toda a estrutura social e todos o sofrem e o exercem, não é bom e nem mal, é simplesmente exercido (FOUCAULT, 1979).

Palavras-chave: Variações linguísticas. Poder. Território. Territorialidade.

Abstract: This article deals with linguistic variations and their intrinsic relations with power, territory, territoriality and identity. The stigmatization of linguistic variations causes linguistic prejudice and symbolic violence, affecting culture and identity on an ongoing basis. Hall states that the formation of identity is made through a process (continuity), (HALL, 2006). Inculcating the linguistic pattern occurred / occurs the territorialization of Brazil via language (symbolic territory), and this is the manifestation of political power (HAESBAERT, 2007). Power is in the whole social structure and everyone suffers and exercises it, it is neither good nor bad, it is simply exercised (Foucault, 1979).

Keywords: Linguistic variations. Power. Territory. Territoriality.

Mestre em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2119148541529572>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9351-8893>. E-mail: thbsabra@gmail.com **1**

Professor Doutor e Orientador do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCULT pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3112349741157945>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0004-1887>. E-mail: fedviges@mail.uft.edu.br **2**

Professora Doutora da Faculdade de Ciências do Tocantins – FACIT. Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humano - CEP-FACIT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6220371309359392>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5903-6727>. E-mail: sissi@faculdedefacit.edu.br **3**

Introdução

Em todas as épocas e em todas as sociedades o poder sempre foi algo que fascinou.

Querer dominar e se fazer obedecer foi, é, e talvez sempre será o afã da humanidade. Isso é perceptível desde a mais tenra idade quando muitas vezes os pequenos não querem dividir seus brinquedos e/ou quando fazem questão de dizer que aquele brinquedo é dele e não de outrem.

Seria o poder algo de que alguém se apoderasse e pudesse inclusive passar como herança a seus descendentes? O poder dos monarcas é um poder vitalício e hereditário, por exemplo.

Ele estaria nas mãos do Estado, o Grande Leviatã, que embora invisível, se mostra tal como vento impetuoso intervindo com sua mão “cabeluda” e que fará valer a “violência legitimada” que está em suas mãos e não hesitará em usá-la?

Para se exercer poder há que se saber manejar bem seus instrumentos. E esses são diversos, normalmente se fazendo impor por meio da violência (física e/ou psicológica), consubstanciando-se, por exemplo, em: tortura, ameaça, assassinato, deportação, prisão perpétua, imposição de religião, variação linguística, dentre tantos outros. Inclusive por meio da chamada violência simbólica.

Dos acima elencados, a variação linguística merece destaque. Ela é um dos que mais eficácia produz sobre os “dominados”.

Aqui será tratado de manifestações por que transparece as variações linguísticas como instrumento para se atingir propósitos: poder, territorialização, territorialidade e identidade.

Discorrer-se-á sobre o processo de territorialização e territorialidade do nosso Brasil através da língua, no viés variações, de forma bastante concisa, desde sua colonização até o papel das escolas na atualidade e como isso afetou/afeta a identidade do nosso povo especialmente pela presença do preconceito linguístico e a violência simbólica.

Será que o poder, de forma geral, ou específico, instrumentalizado pela língua, sempre é exercido por coerção? O poder sempre se mostra para conseguir se impor ou ele prefere não aparecer para melhor agir? É sempre uma imposição, como por exemplo, os mandos e desmandos de um ditador, ou há cumplicidade na relação dominador/dominado?

As Variações Linguísticas que poderiam ser consideradas uma riqueza da diversidade cultural de um povo, têm sido em todos os tempos uma arma utilizada de forma contrária. É um instrumento de supressão, de anulação cultural e muitas vezes tem servido para a “não comunicação”.

A TDR – Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização é permeada por este instrumento tão forte que são as variações linguísticas e que certamente estão presentes em todo o processo de dominação.

As variações linguísticas são uma das maneiras mais importantes por meio da qual se vive a cultura de qualquer povo. Se as variações são reprimidas, se se tenta “matá-las”, pode morrer com elas uma forma de cultura. Parte da vida do povo expresso por estes instrumentos, no caso aqui, de veiculação das produções humanas, morre junto.

Sim, de acordo com Câmara Jr (1968), a língua é este “sistema de sons vocais por que se processa numa comunidade humana o uso da linguagem” (CÂMARA JR, 1968, p. 223), como a língua é vida, é recomeço, é feita por uma comunidade humana (aqui se inserem as variações linguísticas, inventividade do povo) logo expressa vida, e se este “organismo vivo” é parado, especialmente por causa da coerção por grupos da elite, na imposição da Variação consubstanciada na Norma Padrão da Língua, ela vem a óbito, vez que ela é a história do povo pelo qual é falada. Um dos maiores exemplos é o caso do estigma imprimido sobre a variação linguística do nordestino.

As variações linguísticas são um instrumento de identidade de um povo e precisa ser mantido vivo pois isso é também uma maneira de manter a cultura viva. A cultura é uma das formas de expressão de todo ser humano, logo, “o homem é apenas metade de si mesmo; a outra metade é a sua expressão” (CÂMARA JR., 2001, p. 164).

Mas o que faz uma variação linguística ter tanta influência e sobrepujar outras? O que está por trás de tudo isso? Teria a ver com o número de falantes?

O que faz com que uma determinada variedade linguística se alce ao ponto de ser posta pela elite como a única correta?

É preciso se pensar o que faz com que uma variação linguística passe a se alçar a este nível e o que está nos bastidores desta ascensão.

A interface entre variação linguística, poder, território e identidade

A Norma Padrão da Língua, Variedade da Língua que tem o prestígio da elite, e o poder, são um binômio que geralmente tem andado junto e que tem causado grande estrago para toda a humanidade neste horrível anseio de opressão àqueles que lhes são diferentes e na ganância de sempre fazer com que o ter supere o ser. Como bem afirma o brocardo latino: **auri sacra fames**: Maldita fome de ouro. Expressão que condena a ambição da humanidade.

Ainda que o adágio popular “queres saber quem é o homem, dá-lhe o poder”, possa ter sua validade, conforme o pensamento de Foucault (1979), o poder nem é mal e nem bom, mas é exercido por todos indistintamente.

Logo o que faz com que certas pessoas se tornem “reizinhos” ao assumir um cargo de mando, por exemplo, não é o poder em si, mas sua índole que já é mesmo de se corromper. Ou seja, o que ele vai fazer do poder.

Isso é o que se tem percebido em toda a história do mundo a exemplo das monarquias absolutas, que inclusive ainda persistem em alguns lugares. Um outro exemplo são os cézares que as exerciam exorbitantemente e, que, inclusive, se autointitulavam deuses exigindo a adoração de seus súditos.

Bem, pensemos na primeira parte do binômio, o poder. Na concepção de Foucault na obra *A Microfísica do Poder*, este não é uno, como se se pensasse que ele está nas mãos de alguém, como por exemplo o Estado ou que de um lado estão os que têm o poder e de outros os que não o têm. Na verdade o poder não está localizado em nenhuma estrutura social e ao mesmo tempo está em todas. Ele funciona como uma rede e nada e nem ninguém está escape de sua influência e nem de exercê-lo (FOUCAULT, 1979)

Percebe-se, então, que mesmo que se note o poder como sendo algo que está nas mãos do Estado, e como se nele se originasse, isso não se dá desta forma. O que ocorre é que todos nós em menor ou maior medida fazemos uso dele. Não há poder que não tenha o seu contrapoder. Cada parcela do poder pode ser chamada de micropoder e estes se contrapõem constantemente.

Foucault (1979, p. 175), explana que

[...] o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, [...] o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força. (FOUCAULT, 1979, p. 175)

Desta forma o poder pode ter um efeito de manutenção de privilégios, por exemplo, mas ao mesmo tempo, um confronto de forças.

Ainda no pensar foucaultiano, o poder então “não existe”, o que existe é o exercer do mesmo e este, se efetua, faz funcionar a sociedade e ele não se localiza em um local fixo, pelo contrário ele permeia toda a estrutura da sociedade como dantes dito.

O Estado não é necessariamente a fonte do poder da qual se espalha por toda a malha social, pois em diversos momentos foi fora dele que se originaram relações de poder de suma importância para fazer surgir as tecnologias, por exemplo, que tinham uma relativa autonomia e depois o Estado aplicou investimento, anexou, transformou, e as tornou maneiras mais amplas como forma de dominar concentrando não somente este, mas diversos saberes do mundo moderno em seu aparato. (FOUCAULT, 1979)

Qualquer poder é “político”, não porque necessariamente nasça no Estado, não porque dele este se aproprie, mas porque nasce de relações. O saber está intrinsecamente ligado ao poder: todo saber faz surgir novas relações de poder. Todo exercer do poder é um espaço de formação de saber. Não existe saber “imparcial”, revestido de neutralidade.

Foucault (1979) ainda fala sobre a cumplicidade entre “dominador/dominado”:

“[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível de desejo [...] e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 148 e 149).

Perceba-se que o autor não somente fala do lado positivo do poder como de que ele produz conhecimento e dá o exemplo ao falar do saber fisiológico e orgânico sobre o corpo.

Argumentar-se-ia, por exemplo, que o poder sobre o corpo é negativo. Mas se o micropoder se insurgisse, como de fato já ocorreu, contrapondo-se ao domínio imposto demonstrado nas regras de não se pode isso, nem aquilo, não mostre o corpo. O dominado reagiria, como de fato, e encontraria outra forma de domínio, e já o fez: mostre o corpo, mas este corpo precisa estar perfeito, é preciso ir à academia, consumir mais produtos de beleza, alimentar-se de alimentos mais saudáveis. Veja que isso pelo menos se mostra positivo, ainda que não se comprove de fato. O poder então seduz, e continua a dominar.

Um outro exemplo é o caso da Norma Padrão, a Variação Linguística de prestígio, que todos sabemos que é imposta pela elite dominante e causa o chamado preconceito linguístico e a violência simbólica. A própria escola é cúmplice de tudo isso.

O sociolinguista Marcos Bagno (2011) esclarece que o fato de se crer na existência de uma língua una, língua que merece receber este alcunha que é a veiculada sobretudo pela classe dominante via compêndios gramaticais, dicionários e unidades escolares. Quando há alguma realização que difere deste trinômio (dicionário-escola-gramática), o preconceito linguístico se instala e tal língua não é considerada português, e além de ser qualificada como sendo insuficiente, incipiente e equivocada.

Note que o preconceito se propala e se manifesta não só no uso de termos pejorativos e/ou racistas, mas no processo de aquisição da língua como aqui se vê, é como se o aluno nada soubesse até vir à escola e nela a sua Variação Linguística é desprezada.

Bagno (2001) ainda vai afirmar que, a querela não se embasa no que é dito, mas em quem diz o quê.

Logo se nota que o preconceito linguístico está enraizado na origem social do falante. Se for um fazendeiro ou um artista que usa uma variação linguística fora da Norma ninguém diz nada. E assim ele é principalmente um “preconceito social.”

Se alguém falar, por exemplo, ciente, craro, Creiton é tida como fala errônea, enquanto que falar cravo, prato, prática, é considerada como escorreita, é porque o parâmetro utilizado para a avaliação é o sócio-político e não linguístico. Falantes que pronunciam ciente, craro, Creiton, não são pertencentes às classes detentoras do poder, mas sim à classe pobre, às camadas não influentes, privadas da educação oficial e demais benefícios da cultura da classe alta, e o preconceito que as mesmas sofrem socialmente, é o mesmo porque passa o sua língua, ela é horrível, insuficiente, o que na verdade deveria ser considerada apenas como dessemelhante à oficial. (BAGNO, 2013).

Observe que o sociolinguista expõe claramente o elo entre poder e variação linguística. Essas mesmas pessoas ao chegarem na escola não estarão em pé de igualdade com os da elite, pois eles já dominam a Variação correspondente à Norma Padrão, e estes sob a égide do preconceito contra si mesmos e sua variação linguística, muitas vezes desistem dos estudos.

Gnerre (1998, p.06), corrobora com o pensamento sobre preconceito linguístico ao afirmar que “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”.

O poder realmente se camufla, ele age justamente na cumplicidade. O domínio se dá de forma perfeita quando o dominado não percebe que está nesta situação.

Os que não dominam a “Norma Padrão”, são tidos como “burros”, que não falam o

português, isso tudo somente porque não se utiliza da “variação linguística” do dominador. Há muitos alunos que realmente pensam que nunca dominarão esta norma. Parece mesmo não ser uma Norma Culta, mas “Oculto”.

Há violência em todos os contextos sociais, e, no escolar, não seria diferente. (BOURDIEU, 1998). É aqui onde se encontra justamente a forma camuflada que a elite tem de agir sem ser notada e repassar seus valores e forma de ver o mundo.

Conforme Stival e Fortunato (2008):

[...] existe uma violência inerente e inevitável, a violência da educação, já que, para eles, toda ação pedagógica é uma forma de *violência simbólica*, pois reproduz a cultura dominante, suas significações e convenções, impondo um modelo de socialização que *favorece a reprodução da estrutura das relações de poder*. (STIVAL; FORTUNATO, 2008, p. 2-3)

Para o autor acima a escola não é um local neutro, nem tampouco de livre expressão do pensamento. Ele considera que não se pode evitar a violência da educação pois ela é reprodutora do modelo da classe dominante

Ainda nesta mesma esteira, Michaud, (1989), comenta a respeito de quando se dá a violência.

há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou *em suas participações simbólicas e culturais*. (MICHAUD, 1989, p. 10-11)

Note-se que a descrição acima parece a de um tipo penal. Realmente se formos observar “é um crime”, há que se respeitar o ser humano maiormente no que tange às trocas simbólicas e culturais como o é o tema das Variações Linguísticas.

Vieira (2008), de pleno acordo com Michaud, entende que a mais cruel violência “é violência das palavras que oprime, nega e extermina o outro. Gera no mais fraco o sentimento de vergonha, medo, submissão, negando-lhe a possibilidade de relação social que acontece através do diálogo, da palavra e até mesmo pelo conflito no campo das ideias”. (VIEIRA, 2008, p.8)

Apreende-se da assertiva de Vieira, que uma das faces mais “hediondas” do Poder é exatamente quando este é instrumentalizado através da Língua em seus mais diversos aspectos, mas principalmente no que tange às Variações Linguísticas.

Que argumento seria e é utilizado pelo poder para dizer que isso tudo não é opressão? Que justificativa a escola elencaria para defender tal atitude?

Que Variação Linguística exarada pela Norma Padrão é a mais bonita, é a certa, é a língua da elite e que dominá-la é poder, é ter ascensão social.

A escola tem aceitado este argumento e o propalado inclusive afirmando que as demais variações eles já dominam e a mesma tem a obrigação de ensinar esta Variação e não aquelas “subalternas”. Ao invés de se falar em adequação e inadequação prefere falar em erro e acerto.

Todo poder/saber tem e persegue um objetivo, ele é parcial. Um exemplo que corrobora é o que se deu no período de nossa colonização com a imposição do Português aos colonizados. Certamente o que ali se impôs, não foi a língua falada nas ruas, nem de aventureiros que se alçavam ao mar, mas a Variação Linguística da corte.

O Brasil, naquela época, possuía em seu território diversas línguas indígenas, e certamente suas variações, inclusive a presença da chamada Língua Geral (Nheengatu) e até uma gramática e dicionário da Língua Tupi, elaborada pelos Jesuítas.

É incrível o fato de que bem no início da colonização era necessário o colonizador dominar a língua dos indígenas e suas variações, do contrário teria tido muita dificuldade para levar a cabo seu processo de desterritorialização, territorialização e reterritorialização do Brasil.

De acordo com Haesbaert (2007, p. 20 e 21), “Território [...] tem a ver com poder, mas

não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.”

A língua portuguesa e sua Variação Padrão mais uma vez foi usada como um instrumento de poder e a despeito de ser minoritária foi “imposta goela abaixo” aos colonizados, e muitas vezes, escravizados indígenas e demais habitantes da colônia. Neste aspecto tendo a ver com o poder tradicional, político, no dizer de Haesbaert, já haviam se apropriado do território brasileiro, já o haviam “descoberto”, iniciado o processo de desterritorialização via poder político, a territorialização estava tomando forma, inclusive via Religião/Educação (Jesuítas) e agora continuaria via Língua. Mas ao mesmo tempo era também simbólico, visto que a mesma além de veículo por excelência da cultura possui uma grande carga de simbolismo.

O Marquês de Pombal levou a cabo este processo de desterritorialização do Nheengatu (Língua Geral) e o de territorialização do Português.

Haesbaert (2007), ainda complementa ao dizer:

Portanto, *todo território* é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, *funcional e simbólico*, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. (HAESBAERT, 2007, p. 23, grifo nosso)

É muito claro aqui que para Haesbaert as duas funções básicas do território – funcional e simbólico – estão imbricadas. Tal assertiva se encaixa perfeitamente nesta situação, visto que no aspecto funcional, os jesuítas já não cumpriam a vontade da Coroa Portuguesa, mas o objetivo agora era o de diminuir o poder da Igreja e de se impor de forma mais política que religiosa. Por outro lado, o aspecto simbólico (significados) foi o papel desempenhado pela imposição da Língua Portuguesa em seu viés de Norma Padrão.

Portugal não hesitou em praticar suas territorialidades aqui por meio desta tomada de decisões.

Segundo Haesbaert (2007),

A territorialidade, [...] não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma *estratégia político-cultural* [...]. (HAESBAERT, 2007, p. 24, grifo nosso.)

Mais do que nunca esta imposição realmente foi uma “**estratégia político-cultural**” bastante agressiva. Aliás as territorialidades advindas desta decisão foram por demais alteradoras das que aqui se praticavam. O embate linguístico é também o embate de territorialidades.

É de conhecimento geral que nos primeiros anos da colonização do Brasil, Portugal não se ateu ao ato de povoar o Brasil, mas somente em surrupiar nossas riquezas. E quanto ao indígenas, segundo Pero Magalhães Gandavo,

não tinham as letras ‘F, nem L, nem R’, não possuindo ‘Fé, nem Lei, nem Rei’ e vivendo ‘desordenadamente’. Essa suposição de uma ausência linguística e de ‘ordem’ revela, um tanto avant la lettre, o ideal de colonização trazido pelas autoridades portuguesas: superar a ‘desordem’, fazendo obedecer a um Rei, difundindo uma Fé e fixando uma Lei. [...] (Gandavo, (s/d) apud VILLALTA, 2002, p.332).

“Língua, instrução e livros, nesse quadro, em termos das expectativas metropolitanas,

deveriam desenvolver-se sob a égide de um Rei, uma Fé e uma Lei". (GANDAVO, [s/d] apud VILLALTA, 2002, p.332).

Das duas citações acima depreende-se que as variações linguísticas realmente têm este enorme poder de "moldar" a vida das pessoas maiormente no que tange a questão cultural.

A cultura linguística indígena foi considerada "não desenvolvida", vez que a expressão francesa *avant la lettre* significa "antes do seu inteiro desenvolvimento" e expressa a "arrogância" do colonizador.

Cabe lembrar que a princípio tal imposição foi levada a efeito pelos Jesuítas, que aqui ficaram por um longo tempo. E a "variação linguística religiosa" (a letra F de Fé) foi a que primeiro imprimiu nas mentes dos colonizados os ideais dos colonizadores. O Português na forma como defendida pela elite lusitana já imprimia na mente dos indígenas o pensamento europeu. Este é o Pensamento de Nunes (1996),

Para se instruir o índio, o missionário utiliza discursivamente os conhecimentos dele... ele interfere na memória discursiva daquele, provocando aproximações, reestruturações, apagamentos, identificações. À medida em que fala das crenças, das canções, dos mitos dos índios, ele marca os pontos de encontro que possibilitam as ligações discursivas por onde se instala discurso europeu (NUNES, 1996, p. 24)

Então, percebe-se que ainda que o fito fosse catequizar, este obviamente com a utilização de processo de aculturação, os indígenas estavam sendo desterritorializados e reterritorializados via variação linguística do dominador. Estes "religiosos" imprimiam, assim, suas territorialidades em detrimento das dos colonizados.

Somente depois de algum tempo via Marquês de Pombal e conseqüente expulsão destes religiosos é que ela se impôs de maneira ainda mais forte e agressiva, desta feita com a "forma laica e mais ligada à política", era a vez do R de Rei, via imposição da "Variedade Linguística Padrão" e a Proibição de se falar o Tupi, inclusive mandando alterar os nomes dos lugares na costa da Amazônia que continham nomes indígenas (A PROIBIÇÃO..., 2009).

A vontade do colonizador foi imposta, era o L de Lei que agora atuava na territorialização através do mesmo instrumento.

A imposição do Português também visava, imprimir a identidade do colonizador ao colonizado, neste processo de aculturação e assujeitamento. Corrobora com este pensamento, Hall (2006), vejamos

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre a algo "imaginário" ou fantasiado sobre a unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada". (HALL, 2006, p. 38)

Como diz a citação acima, a identidade é algo formado ao longo do tempo. Logo este processo "linguístico/catequizante" buscou a todo instante alterar a identidade do nativo, formando nele uma nova. E ela iria continuar se completando durante todo o processo territorializante. E para reforçar a questão da continuidade, Hall (2006) explica que o ser humano segue na incessante procura pela identidade e elaborando histórias de vida que formam as diversas partes dos nossos eus cindidos numa unicidade e isso em virtude da tentativa de conseguir de novo o deleite idealizado da completude.

No dizer de Hall, como supracitado, somos multiplicidade e unidade. Ao se impor a identidade do dominador, o dominado, pode sofrer o processo que vem da multiplicidade para a fantasia da unidade e disto ele é desconsiderado, pois sua multiplicidade é recalcada e posto em seu lugar a unidade do opressor.

Retornando à questão do poder, Foucault (1979) diz que este não é uma coisa, é uma relação, e como tal qualquer enfrentamento a um poder consubstancia em um poder que

como uma teia se arrasta pelo tecido social e de que ninguém está livre nem de sofrer sua influência e nem de exercê-lo.

Sempre que houver poder haverá uma oposição a este. Novamente assevera que como em vários pontos ocorrem “oposição” o poder está como que polvilhado em diferentes frentes que por sua vez estão em movimento e são “passageiros”.

Logo se depreende que o poder pode nascer “de baixo”, mas também nasce “de cima” e é exercido por todos. É neste confrontar de forças e relações, neste embate de territorialidades que os rumos da humanidade vão sendo tomados e quando a elite vê que não pode manter o poder com os instrumentos que estão consigo, lança mão de outros e quando não, muda as estratégias dando-lhe uma nova roupagem. “[...] na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua.” (FOUCAULT, 1979, p. 146).

Novamente pode-se citar o caso da imposição do Português aos brasileiros, vez que como Portugal viu que o trabalho dos Jesuítas não atendia mais aos interesses da coroa, foram escorraçados e em seu lugar se impôs a educação laica impedindo assim, o pequeno avanço linguístico levado a efeito pela Companhia de Jesus, que, como citado, haviam produzido gramática e dicionário da Língua Tupi, transformando aquele povo de uma sociedade ágrafa em uma que passaria a conhecer a escrita.

Tudo isso era também um embate Estado *versus* Igreja, e se queria, como de fato ocorreu, diminuir o poder daquela tão poderosa organização.

Este tem sido o mote de todo o processo sociolinguístico no nosso País.

Considerações finais

Notável é a implicação entre poder, variações linguísticas, identidade e território.

Percebe-se que o poder é algo que sempre é exercido, e no pensamento foucaultiano, este não tem característica maniqueísta, não há um lado bom e um lado mau, há o exercer do mesmo.

O poder tem se utilizado das variações linguísticas e produzido preconceito linguístico, violência simbólica e negação das variações que não se coadunam com a norma padrão o que ataca frontalmente a identidade das comunidades de fala e busca sufocar a criatividade linguística do povo além de veicular os pensamentos da elite e tenta manter o *status quo* da mesma. Tudo isso é processo da TDR - Territorialização, Desterritorialização e reterritorialização seja em seu aspecto físico de território brasileiro, seja no sentido simbólico, no tocante ao idioma.

Neste vaivém das territorialidades, a identidade do povo brasileiro é a primeira vítima e não é sem motivo que a denominada Norma Padrão tenta sempre se “inspirar” no português europeu e negar nossas origens linguísticas quais sejam da línguas indígenas, das línguas africanas trazidas pelos escravos, também das línguas de “invasores” a exemplo da francesa e da holandesa que aqui estiveram.

É preciso uma maior conscientização sobretudo por parte das instituições educacionais para que se busque um novo paradigma, que se veja as variações linguísticas como uma riqueza cultural, pois do ponto de vista da Sociolinguística Variacionista não há variação melhor e nem pior, mas somente variações diferentes.

Referências

A Proibição do tupi e o fortalecimento da língua portuguesa, 2009.

Disponível em: http://www.helb.org.br/index.php?option=com_ntent&view=article&id=57:a-proibicao-do-tupi-e-o-fortalecimento-da-lingua-portuguesa&catid=1029:1758&Itemid=2. Acesso em: 26 jun. 2018.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**. São Paulo: Contexto, 2013.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA: Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. São Paulo: Vozes, 1998.p. 39-64.

CÂMARA JR., J. Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Por uma Genealogia do Poder**. In.: MACHADO Roberto (org.). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GNERRE, Maurício. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: um Debate**. **GEOgraphia – Ano IX - No17 – 2007**.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaraeira Lopes Louro. 11 edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Tradução de: *The Question of Cultural Identity*.

MICHAUD, Yves. **A Violência: o problema das definições**. São Paulo: Ática, 1989.

STIVAL, Maria Cristina Elias Esper; FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. **Dominação e re-produção na escola: visão de Pierre Bourdieu**. VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE / III Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas escolas – CIAVE. Disponível em:<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/903_459.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

VIEIRA, Jeferson Christiano. **As múltiplas faces da violência escolar**. VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE / III Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas escolas. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/903_459.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

VILLALTA, Luiz Carlos. **O Que se Fala e o Que se Lê: Língua, Instrução e Leitura**. In: **História da Vida Privada No Brasil I: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.331-445.

Recebido em 25 de julho de 2019.
Aceito em 20 de fevereiro de 2020.